

Parceiros, pequenos proprietários e diaristas: migrantes e imigrantes de língua alemã nas províncias de Santa Catarina e Espírito Santo (1840-1860)*

Sharecropping, small farmers and day laborers: German-speaking migrants and immigrants in the Provinces of Santa Catarina and Espírito Santo (1840-1860)

Luiz Mateus da Silva Ferreira**

Resumo: Este artigo examina questões relativas à propriedade da terra e às relações de trabalho livre existentes nas principais colônias rurais de imigrantes de língua alemã estabelecidas nas províncias de Santa Catarina e Espírito Santo entre 1840 e 1860. Especificamente, são avaliadas as circunstâncias da fundação e o desenvolvimento inicial das colônias Blumenau, Dona Francisca e Santa Isabel, na província catarinense, e Santa Leopoldina, Santa Isabel e Rio Novo, no Espírito Santo. Destaca-se que, apesar de serem pequenos proprietários rurais, a maioria dos imigrantes estabelecidos nas colônias Dona Francisca e Blumenau trabalhava em atividades remuneradas paralelas à agricultura, dedicando-se apenas parcialmente ao cultivo de suas terras. Além disso, o artigo ressalta que, na mesma época em que grandes cafeicultores paulistas e fluminenses empregaram europeus como parceiros nas suas fazendas de café, o sistema de parceria como forma de relação de trabalho livre também foi experimentado na colônia Dona Francisca, um dos mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX. Este estudo ainda traz à luz a história dos *Kaffeepflücker* (colhedores de café) na colônia Santa Isabel, em Santa Catarina. Pouco conhecida na historiografia econômica, a história dos *Kaffeepflücker* constitui um dos mais interessantes capítulos da imigração alemã para o Brasil no século XIX, ressaltando a migração interprovincial de estrangeiros inicialmente contratados para trabalhar como parceiros nas regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e São

* Submissão: 21/09/2024 | Aprovação: 14/11/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1026

** Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) | ORCID: 0000-0002-8177-5443 | E-mail: luiz.ferreira@ufop.edu.br



Paulo. Nesse contexto, este artigo ainda destaca a migração interprovincial de colonos parceiros em direção ao Espírito Santo, bem como a colonização alemã na província capixaba, onde os colonos foram assentados como pequenos proprietários rurais e alcançaram relativa prosperidade a partir do livre cultivo de café.

Palavras-chave: Sistema de parceria. Imigração alemã. Imigração interprovincial. Santa Catarina. Espírito Santo. Brasil; Século XIX.

Abstract: This article investigates issues related to landownership and free labor arrangements in the main settlements of German-speaking immigrants in the provinces of Santa Catarina and Espírito Santo between 1840 and 1860. Specifically, it evaluates the historical circumstances around the foundation and initial development of colonies Blumenau, Dona Francisca, and Santa Isabel, in the province of Santa Catarina, and colonies Santa Leopoldina, Santa Isabel, and Rio Novo, in the province of Espírito Santo. The paper highlights that, despite being small rural landowners, most immigrants settled in the Dona Francisca and Blumenau colonies worked in paid piece-rates in addition to their work in subsistence agriculture, allocating only part of their time to cultivating their own land. Additionally, the article emphasizes that, at the same time that large planters in São Paulo and Rio de Janeiro employed Europeans as sharecroppers on their coffee plantations, the sharecropping system as a type of free labor arrangement was also experimented in the Dona Francisca colony, one of the most important nuclei of German colonization in 19th-century Brazil. This study also brings to light the history of the *Kaffeepflücker* in Santa Isabel colony, in Santa Catarina. Little known to the historiography in economic history, the trajectories of the *Kaffeepflücker* constitute one of the most interesting chapters of German immigration to Brazil in the 19th century, as they highlight the interprovincial migration of foreigners initially hired to work as sharecroppers in the coffee-growing regions of Rio de Janeiro and São Paulo. In this context, this article also highlights the interprovincial migration of sharecroppers who moved towards Espírito Santo, as well as the German colonization in that province, where colonists were settled as small rural landowners and achieved relative prosperity in cultivating coffee.

Keywords: Sharecropping system. German immigration. Interprovincial immigration. Santa Catarina. Espírito Santo. Brazil. Nineteenth century.

JEL: N30. J41. J61. N36. N56.

Introdução

Durante o século XIX, parte da elite política e intelectual do Brasil defendeu a colonização baseada na pequena propriedade rural e no trabalho livre do imigrante europeu, preferencialmente o de origem alemã, como principal meio de promover o desenvolvimento econômico e social do país, isto é, melhorar os hábitos, costumes e valores da população brasileira; aperfeiçoar, expandir e diversificar a produção agrícola nacional; redistribuir a propriedade da terra e substituir o trabalho escravo pelo livre (Costa, 1811; Andrada e Silva, 1823; Visconde de Abrantes, 1846; Brasil, 1859; Werneck, 1865). A declarada preferência das autoridades brasileiras pelo imigrante de origem alemã era justificada pela sua alegada “inata” “aptidão para o trabalho da agricultura, e para os ofícios e artes, o seu espírito prático e conservador, o seu amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação, respeito às autoridades, qualidades que o distinguem dos colonos de outras origens”, conforme destacou Miguel Calmon du Pin e Almeida (Visconde de Abrantes, 1846, p. 2). Opinião semelhante foi manifestada pelo cônsul-geral do Brasil nos estados e cidades livres alemãs, Luís Peixoto de Lacerda Werneck. Disse ele, em 1865: “O alemão é sóbrio, econômico, pacífico e trabalhador. [...] Ele reúne a essas virtudes a paciência e a moderação. Os seus divertimentos, as suas distrações são regradas e metódicas”. Logo, “a Alemanha é o país, donde nos parece, poderemos prover-nos de uma abundante seara de colonização” (Werneck, 1865, p. 101-102).

As estatísticas migratórias são incertas, mas calcula-se que, entre 1840 e 1860, chegaram ao Brasil de 25 a 30 mil europeus de língua alemã (Ferenczi; Willcox 1929; Carneiro, 1950; Silva Ferreira, 2019). Uma parcela importante desses imigrantes foi atraída e direcionada para trabalhar como parceiros em grandes fazendas de café nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo (Lamounier, 1993; Viotti da Costa, 2010; Corrêa do Lago, 2014; Witzel de Souza, 2019; 2023a; 2023b). Entretanto, a maior parte dos imigrantes de língua alemã que desembarcaram no Brasil em meados do século XIX foram estabelecidos como pequenos proprietários rurais na província do Espírito Santo e na região sul do país, principalmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, onde ainda existiam grandes extensões de terras públicas disponíveis (Carneiro, 1950; Roche, 1968, 1969; Handelmann, 1982; Prado Jr., 2006; Corrêa do Lago, 2014).

A análise das experiências do sistema de parceria com europeus de

língua alemã, bem como os resultados desse regime de trabalho nas regiões cafeeiras das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, fogem ao escopo deste artigo.¹ Ainda assim, convém observar que o sistema de parceria, como geralmente descreve a historiografia, foi uma relação de trabalho peculiar à grande lavoura de café durante o processo de transição da escravidão para o trabalho livre no Brasil (Dean, 1977; Petrone, 1982; Lamounier, 1993; Viotti da Costa, 2010; Oberacker Jr., 2004; Buarque de Holanda, 2004; Corrêa do Lago, 2014; Witzel de Souza, 2019; 2023a; 2023b). Desse modo, a literatura geralmente ignora outras experiências de parceria com europeus fora das principais zonas cafeeiras brasileiras do século XIX. Também pouco se sabe sobre a história dos colonos de língua alemã que, após permanecerem algum tempo trabalhando como parceiros em fazendas de café nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, migraram para outras regiões brasileiras, especialmente para o Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde se estabeleceram como pequenos produtores rurais autônomos.

Com o objetivo de complementar e ampliar o escopo de análise da história da colonização alemã no Brasil, este artigo examina questões relativas às relações de trabalho nas principais colônias de imigrantes de língua alemã fundadas nas províncias de Santa Catarina e do Espírito Santo em meados do século XIX. O estudo destaca a tentativa de utilização do sistema de parceria como forma de relação de trabalho livre na colônia Dona Francisca, atual município de Joinville, um dos maiores e mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX. Cabe destacar, a experiência de parceria na colônia Dona Francisca ocorreu na mesma época e envolveu alguns dos mesmos agentes que atuavam na Europa no engajamento de emigrantes contratados para trabalhar como parceiros em fazendas de café nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, este estudo demonstra que, apesar de serem pequenos proprietários rurais, a maioria dos colonos estabelecidos nas principais colônias de imigrantes de língua alemã de Santa Catarina trabalhava em atividades remuneradas paralelas à agricultura, dedicando-se apenas parcialmente ao cultivo de suas propriedades.

¹ Para uma análise qualificada sobre as experiências e resultados do sistema de parceria na grande lavoura de café, ver: Davatz (1972), Dean (1977), Witter (1982), Witzel de Souza (2012; 2019; 2023a; 2023b), Buarque de Holanda (2004), Viotti da Costa (2010) e Corrêa do Lago (2014).

Este artigo também aborda parte da história dos colonos de língua alemã que, depois de permanecerem algum tempo trabalhando como parceiros em fazendas de café nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, migraram para outras regiões do Brasil com o propósito de se estabelecerem como pequenos proprietários de terras autônomos. A história das migrações interprovinciais de colonos europeus que chegaram ao Brasil no século XX é um dos capítulos mais interessantes da colonização alemã no país, mas ainda pouco conhecida. Este estudo traz à luz alguns importantes exemplos dessa história, destacando a colonização das províncias de Santa Catarina e do Espírito Santo, onde centenas de famílias de imigrantes de língua alemã foram estabelecidas como pequenos proprietários de terras após trabalharem como parceiros nas regiões cafeeiras paulistas e fluminenses.

Vale ressaltar, este artigo não visa comparar diretamente as diferenças e semelhanças dos processos de assentamento de colonos de língua alemã nas províncias de Santa Catarina e do Espírito Santo. O objetivo deste estudo é fundamentalmente apresentar questões específicas relativas à propriedade da terra e às relações de trabalho livre nas principais colônias de língua alemã daquelas províncias, destacando que, no Espírito Santo, uma proporção relativamente grande de colonos prosperou como pequenos proprietários rurais autônomos em virtude do cultivo de café, principal produto de exportação da economia brasileira na segunda metade do século XIX. Por outro lado, em Santa Catarina, os colonos de língua alemã alcançaram relativa prosperidade dedicando-se apenas parcialmente ao cultivo de suas terras, pois trabalhavam a maior parte do tempo em atividades paralelas à agricultura, principalmente em obras públicas e nas suas profissões de ofício, como carpinteiros, serralheiros, marceneiros, sapateiros, mecânicos, alfaiates.

As principais fontes utilizadas neste estudo são relatórios oficiais, contratos de trabalho e venda de terras, cartas de imigrantes, relatos de observadores contemporâneos e publicações de periódicos da época. Espera-se que, a partir das fontes indicadas e da análise apresentada neste artigo, possam surgir novas pesquisas sobre os desdobramentos da imigração de europeus de língua alemã para o Brasil no século XIX, principalmente no que diz respeito às migrações interprovinciais e às formas de relação de trabalho livre nas colônias de imigrantes baseadas na pequena propriedade agrícola e familiar.

O artigo está dividido em quatro seções. Após esta introdução, as seções 2 e 3 examinam questões relativas à fundação, à propriedade da terra e às relações de trabalho livre em algumas das principais colônias de imigrantes de língua alemã fundadas nas províncias de Santa Catarina e do Espírito Santo entre 1840 e 1860. Especificamente, a seção 2 analisa o desenvolvimento inicial das colônias Dona Francisca, Blumenau e Santa Isabel, na província catarinense. A seção 3 mostra os principais aspectos da formação dos núcleos coloniais Santa Leopoldina, Rio Novo e Santa Isabel, no Espírito Santo. Na seção 4 são apresentadas as considerações finais deste estudo.

1. *Kaffeepflücker* (colhedores de café), parceiros e diaristas nas colônias Dona Francisca, Blumenau e Santa Isabel, na província de Santa Catarina

Em meados do século XIX, o governo imperial brasileiro enxergava a província de Santa Catarina como uma região excepcionalmente capaz de atrair a desejada imigração massiva e espontânea de europeus de língua alemã para o país (Brasil, 1859; Handelmann, 1982). Entre 1847 e 1860, a província catarinense recebeu quase 30% do número total de europeus de língua alemã embarcados no porto de Hamburgo com destino ao Brasil (SCH, 1891; Ferenczi e Willcox, 1929; Ferreira da Silva, 1972; Schröder, 2003).

Estabelecida em 1851, na região nordeste de Santa Catarina, a colônia Dona Francisca, hoje município de Joinville, foi um dos maiores e mais importantes núcleos de imigrantes de língua alemã do Brasil no século XIX. Organizada como um empreendimento privado, idealizado e dirigido pela *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg* (Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo), Dona Francisca era descrita pelas autoridades brasileiras da época como “uma colônia destinada a servir de centro de atração de imigrantes” espontâneos de língua alemã (Brasil, 1859, p. 21).² Não obstante, Dona Francisca foi planejada e apresentada aos sócios investidores da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo

² A tradução literal do nome da empresa *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg* é Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo. Porém, em vários documentos primários e na literatura em geral a tradução aparece como Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo.

(SCH) como uma grande colônia agrícola de pequenos proprietários alemães produtores de gêneros de exportação como café, erva-mate e cana de açúcar (SCH, 1851). Foi com essa expectativa que Arthur Guiguer, cônsul da Suíça e representante da SCH no Rio de Janeiro, contratou, na Europa, algumas famílias de colonos suíços para cultivarem café nos seus 62 hectares de terras localizados na colônia Dona Francisca (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992; Cunha, 2003; Silva Ferreira, 2024).

A iniciativa de Arthur Guiguer foi uma tentativa singular de implementar, no sul do Brasil, o sistema de parceria experimentado pelos grandes cafeicultores das províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro em meados do século XIX. Até 1849, Guiguer havia investido no cultivo de café nas proximidades da capital fluminense, onde, segundo um observador da época, Guiguer possuía “uma grande plantação, na qual se produzia um produto bem aceitável” (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992, p. 73). Além dessa experiência como proprietário cafeeiro, Arthur Guiguer mantinha relações diplomáticas e comerciais com o eminente empresário e senador do Brasil Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, referência na promoção do sistema de parceria no país. Guiguer e Vergueiro possuíam importantes vínculos comerciais com a firma *Schröder & Company*, do empresário e senador de Hamburgo Christian Matthias Schröder, fundador e acionista majoritário da SCH (Richter, 1983; Silva Ferreira, 2020).

Em 1850, o agente de emigração e procurador de Guiguer na Suíça, Emil de Paravicini, representava a firma *Schröder & Company*, que, na Europa, atuava como representante do senador Vergueiro no engajamento de emigrantes europeus de língua alemã (NZZ, 1850; AZZ, 1849; 1850). No Brasil, a *Schröder & Company* mantinha um escritório no Rio de Janeiro para auxiliar na organização do transporte de imigrantes e comércio entre Brasil e Hamburgo. Arthur Guiguer era sócio desse escritório, dirigido pelo cônsul hamburguês Hermann Schröder, filho do senador Schröder (Silva Ferreira, 2020). As evidências indicam que as relações diplomáticas e os interesses empresariais dos senadores, Vergueiro e Christian Schröder, e dos cônsules, Arthur Guiguer e Hermann Schröder, vincularam a experiência de parceria na colônia Dona Francisca ao sistema originalmente empreendido pelo senador Vergueiro na grande lavoura cafeeira de São Paulo.

Contudo, diferentemente do que aconteceu nas fazendas paulistas

de café, na colônia Dona Francisca, a tentativa de implementar o regime de parceria como forma de relação de trabalho livre foi uma experiência fugaz e malsucedida. As informações disponíveis sobre a efêmera experiência de parceria na Dona Francisca são muito escassas, o que dificulta testar o potencial da iniciativa de Arthur Guiguer. Por outro lado, é possível elencar alguns fatores que aparentemente contribuíram para o malogro do regime de parceria na Dona Francisca. Em primeiro lugar, durante muito tempo, questões relativas ao clima e à má qualidade do solo dificultaram o cultivo agrícola nessa colônia, fato que reduziu consideravelmente as expectativas dos imigrantes em Dona Francisca (Brasil, 1859; Santa Catarina, 1860; Tschudi, 1867; Rodowicz-Oswiecimsky, 1992). Em segundo lugar, é provável que Johann Jakob von Tschudi e Robert Avé-Lallemant, que visitaram Dona Francisca após obterem informações detalhadas sobre a “Revolta dos Parceiros” na fazenda Ibicaba, tenham advertido os colonos da Dona Francisca sobre as principais queixas e insatisfações dos imigrantes empregados como parceiros nas fazendas paulistas de café (Avé-Lallemant, 1859; Tschudi, 1867).

As advertências de Avé-Lallemant (1859) e Tschudi (1867) provavelmente foram reforçadas pelos imigrantes que chegaram à colônia Dona Francisca após a publicação do livro de Thomas Davatz na Suíça (Davatz, 1858). Com essa publicação, as queixas e insatisfações dos colonos de Ibicaba alcançaram grande repercussão na Europa, resultando em medidas restritivas à imigração europeia para o Brasil, entre elas a promulgação do *Rescrito de Heydt* na Prússia em 1859 (Heflinger Jr., 2007).

Por fim, outro fator que contribuiu para o malogro do regime de parceria como forma de relação de trabalho livre na Dona Francisca foi o fato de a direção da colônia e particulares empregarem como diaristas grande parte dos imigrantes recém-chegados. Trabalhando no desmatamento e limpeza de terrenos, medição de lotes de terras, limpeza e conservação da casa de recepção, abertura de caminhos e estradas, construção e reparo de residências, ranchos, cercas, pontes, valas, ruas e edifícios públicos, os colonos recém-chegados a Dona Francisca recebiam remuneração diária acima dos ganhos acertados nos contratos de parceria. Além disso, todos esses recém-chegados podiam adquirir terras a crédito com condições de pagamento relativamente favoráveis.³ Essa realidade foi rapidamente

³ Conforme relatórios SCH, na Dona Francisca, todos os imigrantes recém-chegados à colônia

divulgada na Europa por meio de livros, folhetos e cartas de imigrantes publicadas em jornais de língua alemã.⁴

Cientes da possibilidade de poderem se estabelecer imediatamente como proprietários de terras e obterem renda trabalhando como diaristas, os emigrantes de língua alemã interessados em embarcar para Dona Francisca não precisavam firmar contratos de trabalho e, assim, contrair compromissos incertos e embaraçosos antes de chegar à colônia. A esse respeito advertiu o colono e cronista Rodowicz-Oswiecimsky, em 1853: “para ganhar 600 réis por dia, ninguém necessita contrair compromissos incômodos, visto que a direção da colônia sempre empregou gente nesta base, e particulares até 700 réis e mais, nunca abaixo” (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992, p. 94). Em conclusão, ele ressaltou que a única vantagem que os imigrantes teriam ao firmar contratos de trabalho ainda na Europa seria não precisar procurar emprego ao chegarem à colônia Dona Francisca. “Mas esta vantagem”, assinalou o cronista, “eles pagam caro, muito caro” (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992, p. 95).

Cabe destacar, as advertências de Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, que permaneceu na colônia Dona Francisca por quase nove meses, foram publicadas em 1853, na Europa, no livro intitulado *Die Colonie Dona Francisca in Südbrasilien*. Nessa obra, o autor descreveu minuciosamente o início da colonização da Dona Francisca; apresentou críticas aos termos dos contratos de trabalho oferecidos aos imigrantes; ofereceu orientações e fez advertências às pessoas que pretendiam deixar a Europa rumo à colônia Dona Francisca. Parte das críticas de Rodowicz-Oswiecimsky foi direcionada principalmente ao abastado imigrante Bernhard Poschaan Jr., que, em 1851, estabeleceu, na colônia Dona Francisca, um empreendimento agrícola denominado *Neu-Hamburg*, onde empregou colonos europeus para cultivar cana e se dedicarem às atividades ligadas à produção de

podiam adquirir terras a crédito e sem juros para pagamento no prazo de três anos. Depois desse período, eram cobrados juros de 6% ao ano (SCH, 1861; 1864). Entre 1852 e 1864, foram demarcados e vendidos mais de 1,3 mil lotes de terras na Dona Francisca, sendo que 98% desses terrenos mediam menos de 60 hectares.

⁴ Entre os periódicos de língua alemã que publicavam cartas de imigrantes e informações da colônia Dona Francisca na Europa, encontram-se *Der Colonist* (<<http://kbaargau.visual-library.de>>), *Deutsche Auswanderer-Zeitung* (<<https://www.digitale-sammlungen.de>>), *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* (<<https://zs.thulb.uni-jena.de>>) e o *Mittheilungen betreffend die deutsche Kolonie Dona Francisca in der südbrasilianischen Provinz Sta. Catharina und die benachbarten deutschen Kolonien* (último acesso em 15 de novembro de 2024).

açúcar e aguardente.⁵ Os termos dos contratos de trabalho de Poschaan Jr. variavam conforme a capacidade inicial do indivíduo solteiro ou família imigrante de pagar as despesas da viagem de Hamburgo para Dona Francisca.⁶ Independentemente do acordo firmado, Rodowicz-Oswiecimsky alegava que as condições oferecidas por Poschaan Jr. transformariam os imigrantes livres em servos quase perpétuos, que, quando estivessem por quitar suas dívidas, estariam “bom para deitar-se no berço mortuário, deixando aos filhos e herdeiros, talvez, uma casa em ruína e uma dívida de 250 réis por semana, pelo espaço de 60 anos, sem contar impostos devidos à colônia” (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992, p. 95).

As advertências de Rodowicz-Oswiecimsky ecoaram entre os emigrantes de língua alemã de modo que foram poucos os colonos, apenas alguns pioneiros em Dona Francisca, que firmaram contrato para trabalhar na fazenda *Neu-Hamburg*. Além disso, ao desembarcarem na Dona Francisca e constatarem as oportunidades de trabalho na colônia, alguns imigrantes contratados por Poschaan Jr. agradeceram os adiantamentos recebidos para compra da passagem transatlântica e preferiram buscar serviço como diaristas. A direção da colônia declarou não poder apoiar o cumprimento dos contratos, obrigando Poschaan Jr. “a se arranjar [...], ocupando os imigrantes sem fazer valer as cláusulas contratuais” (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992, p. 95).

Nesse contexto, Poschaan Jr. e Guiguer alteraram as condições originais dos contratos de trabalho firmados com os imigrantes, passando a empregá-los por empreitada ou diária, conforme acordo particular, ou, alternativamente, arrendar parte de suas terras às famílias imigrantes (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992). É importante observar que, embora existissem variações entre as cláusulas dos contratos de trabalho feitos por Poschaan Jr. e Guiguer, o princípio de endividamento das famílias imigrantes constituía a base dos contratos, assim como no sistema de parceria originalmente estabelecido na província de São Paulo pela firma *Vergueiro & Companhia*. Não obstante, na colônia Dona Francisca, os imigrantes foram predominantemente estabelecidos como pequenos proprietários

⁵ “*Kaufbrief*” (escritura de compra) de lote de terra nº. 184 de Bernhard Poschaan Júnior, datada de 15/10/1851. A BR SCAHJ, acervo CF, arquivo “Registro de lote de terra 1852-1897”, caixa 1, prat. 41.

⁶ Para uma análise detalhada dos termos e condições dos contratos de trabalho propostos por Bernhard Poschaan Jr., ver Silva Ferreira (2024).

de terras e, livremente, diante de circunstâncias e oportunidades, associavam o cultivo de suas terras ao emprego como diaristas, conforme relata o colono Martin Meyer: “no início [...] minha mulher lavou muitas roupas para senhores alemães e com isso ganhamos um bom dinheiro”; trabalhando como diaristas “nós recebemos da direção da colônia 600 réis por dia, a Úrsula e a Bárbara 300 réis cada uma, o Martin 800 réis e o Alexandre, 140 réis”, o que lhes permitiu, segundo Meyer, acumular dinheiro para construir uma pequena casa e preparar parte do seu lote para o cultivo. “Após construirmos nossa cabana e limpar um pedaço de terra”, continuava o imigrante, “passamos a trabalhar parte do tempo em nosso lote e parte como diaristas”.⁷

Em outras colônias de Santa Catarina, os imigrantes de língua alemã, apesar da possibilidade de adquirirem terras em condições de pagamento relativamente favoráveis, também frequentemente procuravam emprego como diaristas em atividades paralelas à agricultura. Por exemplo, na colônia Blumenau, os colonos podiam “adquirir terras a um preço módico, bem como escolher a localidade e o tamanho da área a ser comprada”, conforme Hermann Blumenau, fundador daquela colônia (Blumenau, 1999, p. 191). Ao mesmo tempo, dizia ele, devido à escassez de trabalhadores na província de Santa Catarina, as atividades paralelas à agricultura ofereciam uma boa renda aos imigrantes (Blumenau, 1999, p. 183-193).

Fundada em 1850, na região do Vale do Itajaí, na província de Santa Catarina, a colônia Blumenau começou como um empreendimento privado, idealizado e dirigido por Hermann Bruno Otto Blumenau, que, em 1860, devido à escassez de seus recursos, transferiu sua colônia ao governo imperial brasileiro (Ferreira da Silva, 1972, 1995; Blumenau, 2002). A partir de então, a colônia Blumenau recebeu crescentes investimentos

⁷ “Lieber Schwager”, 20/4/1852, *Mittheilungen betreffend Dona Francisca* n.º. 1, August 1852, p. 14-16. No início da década de 1850, um colono adulto do sexo masculino, sem qualificação profissional, recebia, na Dona Francisca, de 600 a 800 réis por dia de trabalho. Mulheres adultas ganhavam 400 réis, o mesmo que um jovem trabalhador do sexo masculino. As moças recebiam 300 réis, enquanto as crianças capazes de trabalhar ganhavam de 70 a 140 réis por dia. Profissionais especializados (carpinteiros, marceneiros, serralheiros, pedreiros) recebiam de 1.000 a 2.000 réis por dia. As mulheres ainda trabalhavam como empregadas domésticas para imigrantes solteiros e famílias relativamente abastadas, recebendo por dia ou mensalmente, conforme Silva Ferreira (2024), “Originalbrief des Christian Herrmann, [...] der Colonie Dona Francisca in Südbrasilien”, *Der Colonist*, n.º. 11, 12/3/1852, p. 41-4; “Brief der Margaretha Mäder”, *Der Colonist*, n.º. 17, 1/5/1853, p. 67-68. Ver: <<https://kbaargau.visual-library.de/periodical/pageview/9047>> (último acesso em 15 de novembro de 2024).

do governo, que enxergava nessa colônia grande potencial de atrair a desejada imigração massiva e espontânea de europeus de língua alemã (Brasil, 1859). Conforme a Tabela 01, a partir de 1860 o fluxo de imigrantes para Blumenau cresceu significativamente, elevando a população da colônia que, nessa época, formava uma comunidade reconhecidamente alemã.

Cabe destacar, o processo de colonização de Blumenau seguiu o objetivo do governo imperial brasileiro de fomentar a imigração espontânea de europeus de língua alemã, cujas despesas da viagem da Europa para o Brasil, geralmente, ficavam por conta dos imigrantes, sendo que adiantamentos para pagamento de passagens só eram concedidos excepcionalmente pela direção da colônia Blumenau. Gêneros de primeiras necessidades eram fornecidos aos imigrantes a crédito. Os colonos eram obrigados a restituir os valores dos suprimentos adiantados após as primeiras colheitas, ficando seu terreno, bem como todas as benfeitorias realizadas na sua propriedade, alienadas até a quitação da dívida. Os lotes de terras possuíam, em média, uma área de 25 a 35 hectares e os colonos podiam escolher seus terrenos livremente, observando suas condições de pagamento e capacidade de cultivar as terras adquiridas (Ferreira da Silva, 1972).

Tabela 1 – Imigração de língua alemã e população da colônia Blumenau (1850-1881)

Ano	Imigração(1)	População(2)	Ano	Imigração(1)	População(2)
1850	17	6	1866	158	2.861
1851	18	11	1867	193	3.391
1852	110	69	1868	1394	5.126
1853	28	113	1869	981	5.985
1854	146	246	1870	32	6.188
1855	34	249	1871	23	6.329
1856	289	468	1872	192	6.498
1857	199	609	1873	425	7.156
1858	81	679	1874	361	7.621
1859	29	744	1875	1096	9.161
1860	91	947	1876	837	10.426
1861	541	1.531	1877	299	11.532

(continua)

Tabela 1 – Imigração de língua alemã e população da colônia Blumenau (1850-1881)

Ano	Imigração(1)	População(2)	Ano	Imigração(1)	População(2)
1862	595	2.058	1878	443	12.787
1863	168	2.286	1879	349	13.976
1864	109	2.471	1880	415	14.981
1865	188	2.625	1881	147	15.710

Notas: (1) Entrada anual de imigrantes de língua alemã na colônia Blumenau; (2) Total de habitantes da colônia computados os nascimentos, óbitos, chegadas e saídas de colonos.

Fonte: Ferreira da Silva (1972).

Paralelamente ao cultivo de suas propriedades, os colonos de Blumenau, principalmente os recém-chegados, empregavam-se como diaristas nas obras públicas de infraestrutura na colônia e na região. A remuneração extra complementava a renda necessária ao sustento da família, contribuía para amortizar o financiamento da aquisição do terreno e, às vezes, permitia acumular poupança suficiente para a realização de pequenos investimentos na propriedade familiar, inclusive a construção de pequenas oficinas ou fábricas artesanais, geralmente anexas à residência da família. É importante observar, embora a fabricação artesanal de velas, sabão, cervejas, móveis, utensílios domésticos, ferramentas, artigos de couro e têxteis fossem, inicialmente, consideradas atividades acessórias, isto é, trabalhos paralelos ao cultivo agrícola, na colônia Blumenau, assim como ocorreu na Dona Francisca, a construção de pequenas oficinas e fábricas artesanais foi bastante incentivada desde o início da colonização e constituiu uma importante fonte de renda e riqueza a muitos imigrantes (Ficker, 1965; Mamigonian, 1965; Ferreira da Silva, 1972; Hering, 1987; Seyferth, 1999; Silva Ferreira, 2019).

Histórico semelhante de desenvolvimento é observado em Brusque, colônia de imigrantes alemães estabelecida próxima a Blumenau. Pouco tempo após sua fundação, em 1860, Brusque se tornou, ao lado das colônias Dona Francisca e Blumenau, um dos principais núcleos coloniais de língua alemã de Santa Catarina. Em 1875, as populações dessas três colônias de imigrantes totalizavam quase 22 mil habitantes, a maioria de origem alemã. Outros núcleos menores, como Santa Isabel, Angelina e Teresópolis, também absorveram milhares de imigrantes de língua alemã

que chegaram à província de Santa Catarina na segunda metade do século XIX (Ficker, 1965; Cabral, 1970; Ferreira da Silva, 1972; Piazza, 1994; Steiner, 2019; 2022).

Além da imigração direta da Europa, no início da década de 1860, chegaram às colônias Santa Isabel, Teresópolis, Blumenau e Brusque aproximadamente 600 colonos (120 famílias) de língua alemã transferidos da província do Rio de Janeiro. Esses imigrantes, originalmente vindos da Turíngia, Renânia, Mecklemburgo, Brandemburgo, Schleswig-Holstein, Hannover e Hesse, chegaram ao Brasil em 1852 para trabalhar como parceiros nas plantações de café das fazendas Intendência, Santa Rosa, Coroas e Santa Justa, no Rio de Janeiro (Santa Catarina, 1861; Tschudi, 1867; Handelmann, 1982; Alves, 2003; Steiner, 2019; 2022; Voigt *et al.*, 2020).

Segundo o jurista Carlos Kornis de Totvarad, em abril de 1860, alguns colonos empregados como parceiros nas fazendas Intendência, Santa Rosa e Santa Justa o procuraram na capital fluminense para lhe solicitar que requisitasse ao governo imperial transporte gratuito e distribuição de terras em alguma colônia da província do Rio Grande do Sul (Totvarad, 1860). O pedido dos colonos parceiros, cujos contratos de parceria e dívidas com os fazendeiros já estavam extintos, foi motivado pelas suas insatisfações em relação à distribuição dos lucros e às poucas esperanças de um futuro próspero. Os colonos requisitantes entendiam que, embora já tivessem honrado o pagamento de suas dívidas com os fazendeiros, dificilmente poderiam alcançar a almejada posição de livres proprietários de terras nas condições impostas pelo sistema vigente de parceria. Conforme Tschudi (1867, p. 251), nas três fazendas, o preço acertado pela venda do café “era muito baixo, o que prejudicava os colonos”. Em relação ao tratamento dos imigrantes, não havia grandes reclamações por parte daqueles empregados na fazenda Santa Rosa, enquanto os colonos parceiros na Independência e Santa Justa “tinham muitas razões de queixa” devido ao tratamento miserável que recebiam, observou Tschudi (1867, p. 251).

Considerando lícito e justo o pedido dos colonos, Totvarad redigiu uma petição ao governo imperial. À petição foi anexada uma certidão, assinada pelos proprietários das fazendas Intendência, Santa Rosa e Santa Justa, que declarava e reconhecia a quitação das obrigações contratuais dos colonos parceiros, bem como informava que eles poderiam se retirar

sem obstáculos daquelas propriedades depois do prazo de seis meses, isto é, na metade do mês de outubro de 1860. O governo negou a transferência dos colonos para o Rio Grande do Sul, considerando, entretanto, enviá-los para a província do Espírito Santo. Depois de meses de negociação e após a interferência do ministro plenipotenciário da Prússia no Rio de Janeiro, Barão de Meusebach, foi acordada a transferência dos colonos requisitantes para Santa Catarina, onde foram assentados como livres proprietários de terras em diferentes núcleos coloniais do governo (Totvarad, 1860).

Convém observar, nem todas essas famílias foram estabelecidas na província de Santa Catarina. Muitas delas migraram para Minas Gerais, estabelecendo-se na colônia Mucuri e nos municípios de Mar de Espanha e Juiz de Fora; outras seguiram para o Espírito Santo; algumas foram para as cidades do Rio de Janeiro e Petrópolis (Tschudi, 1867; Steiner, 2022). Os colonos de língua alemã transferidos das fazendas de café do Rio de Janeiro para Santa Catarina foram estabelecidos nas colônias Teresópolis, Brusque, Blumenau e, na sua maioria, em Santa Isabel (Santa Catarina, 1861; Steiner, 2019).

Em 1858, após visitar a colônia Santa Isabel, na província de Santa Catarina, o comissário do governo imperial, conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, relatou que, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos pioneiros, inclusive a falta de apoio do governo, em pouco tempo, Santa Isabel havia alcançado “considerável progresso no tocante à lavoura, produzindo não pequena quantidade de muitos e variados gêneros de subsistência, com que abastecia o mercado da capital” da província catarinense. “Proprietários de terras fertilíssimas [...], gozando de um clima temperado e ameno [...] mostram-se os colonos contentíssimos de sua sorte presente, e cheios de confiança em um futuro seguro para si e para seus filhos” (Brasil, 1859, p. 1-2).

Apesar do relativo progresso alcançado e da esperança de um futuro promissor, segundo Coutto Ferraz, o número relativamente baixo de colonos estabelecidos em Santa Isabel limitava o desenvolvimento dessa colônia.⁸ Para ele, não se poderia esperar que essa colônia se tornasse um

⁸ Em 1849, foram contabilizados em Santa Isabel 326 habitantes; em 1851, sua população era de 412 pessoas; e, em 1859, cerca de 500 indivíduos estavam estabelecidos naquela colônia reconhecida alemã (Schröder, 2003).

centro de atração de imigração espontânea de europeus de língua alemã enquanto nela não houvesse um “número muito considerável” de colonos estabelecidos, pois “as informações ministradas por seus habitantes, no intuito de convidarem e atraírem seus parentes e patrícios, correrão em tão pequena escala, que muito dificilmente poderão conseguir o resultado desejado”, isto é, a imigração espontânea e massiva de europeus de língua alemã (Brasil, 1859, p. 4). Assim sendo, escreveu Coutto Ferraz, “parece-me de alta conveniência que o governo, aproveitando o estado de prosperidade real e segura da colônia de Santa Isabel”, bem como os “muitos recursos que novos colonos ali podem encontrar [...], trate de para ali mandar [...] colonos [...] e os faça estabelecer como proprietários” de terras (Brasil, 1859, p. 4).

No início dos anos 1860, o governo imperial transferiu para Santa Isabel algumas famílias de imigrantes de língua alemã que haviam trabalhado como parceiros em fazendas de café na província do Rio de Janeiro. Em Santa Isabel essas famílias receberam a alcunha de *Kaffeepflücker* (colhedores de café) em virtude da sua experiência de quase uma década nos cafezais fluminenses (Santa Catarina, 1861; Tschudi, 1867; Steiner, 2019; 2022; Voigt *et al.*, 2020). Além de terras, o governo imperial assegurou subsídios em dinheiro durante os primeiros meses do estabelecimento dos colonos e ofereceu-lhes emprego nas obras públicas de construção e manutenção de estradas e caminhos na região. Segundo Johann Jakob von Tschudi, em 1861, os *Kaffeepflücker* estavam muito satisfeitos, pois “devido à sua relação de parceria já estavam acostumados com o trabalho de campo do Brasil e agora viam [...] seu objetivo alcançado – serem proprietários livres em suas terras (Tschudi, 1867, p. 406).

Ainda pouco conhecida, a história dos *Kaffeepflücker* em Santa Catarina chama a atenção para o movimento migratório interprovincial de imigrantes inicialmente contratados para trabalhar como parceiros em grandes fazendas de café nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, revelando a política de subsídios do governo imperial para realocar colonos parceiros como pequenos proprietários de terras no sul do Brasil. Como será visto, semelhante processo ocorreu também na província do Espírito Santo, onde, a exemplo de Santa Catarina, predominou a colonização baseada na pequena propriedade.

2. Pequenos proprietários e cafeicultores nas colônias Rio Novo, Santa Isabel e Santa Leopoldina, na província do Espírito Santo

Em 1847, o conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, então presidente da província do Espírito Santo, observou que o relativo atraso econômico espiritosantense decorria da falta de “população industriosa e livre” para cultivar as “riquíssimas” e “magníficas” terras capixabas, que, segundo Coutto Ferraz, eram bastante férteis e propícias à agricultura, especialmente ao cultivo do café. Porém, naquela época, as terras da província capixaba ainda eram “na sua maior extensão devolutas e incultas” (Espírito Santo, 1848, p. 36).

Para Couto Ferraz, a disponibilidade de terras, os recursos hídricos e o clima da província do Espírito Santo eram muito favoráveis à imigração europeia e, portanto, ao desenvolvimento do projeto do governo imperial brasileiro de promover a colonização baseada na pequena propriedade e no trabalho livre do imigrante europeu. Assim sendo, em fins de 1846, Coutto Ferraz solicitou ao governo imperial que enviase à província do Espírito Santo algumas famílias de imigrantes de língua alemã recém-desembarcados no Rio de Janeiro para trabalhar em grandes lavouras de café. Pouco tempo depois, devido à influência de Coutto Ferraz, o governo imperial enviou 38 famílias (163 pessoas) de origem alemã do Rio de Janeiro para Vitória, capital da província capixaba.⁹ Em 1847, esses imigrantes fundaram a colônia Santa Isabel, no atual município de Domingos Martins, primeiro núcleo de colonização alemã no Espírito Santo (Wagemann, 1949; Espírito Santo, 1848; 1861; Rocha, 2000; Tschudi, 2004).

Os pioneiros da colonização de Santa Isabel receberam lotes de terras medindo 120.000 braças quadradas, cerca de 58 hectares (Espírito Santo, 1856; 1861).¹⁰ Porém, “vários [colonos] receberam ‘mediante pedidos’ [...] 2 ou 3 lotes, dos quais, naturalmente, só parte muito reduzida podiam cultivar. Os sítios ficaram, assim, demasiadamente grandes, o que [...] não era desejável”, segundo o projeto de colonização baseada na pequena

⁹ Amigo de infância de D. Pedro II, Luiz Pedreira do Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro) pertencia à elite política próxima ao Imperador. Foi deputado, presidente das províncias do Espírito Santo (1846-1848) e do Rio de Janeiro (1848-1853), senador, conselheiro e ministro de estado (Bediaga, 2017).

¹⁰ 10.000 braças quadradas = 4,84 hectares

propriedade agrícola familiar (Wagemann, 1949, p. 23). Nessas circunstâncias, o governo capixaba ordenou que só se outorgariam, a futuros pretendentes, lotes de 25 a 30 hectares ao preço de aproximadamente 94 mil-réis cada um, devendo os colonos construir a casa e cultivar o novo terreno em determinado limite de tempo (Espírito Santo, 1861). Assim, em meados do século XIX, o governo capixaba procurou evitar a formação de grandes propriedades rurais incultas e improdutivas nas áreas de colonização europeia da província (Wagemann, 1949; Rocha, 2000).

Além de terras, os colonos de Santa Isabel receberam adiantamentos para pagamento das despesas da viagem da Europa para o Brasil e subsídios mensais conforme o tamanho da família.¹¹ Por contrato, assinado a 8 de outubro de 1847, os colonos eram obrigados a ressarcir os cofres públicos pelos adiantamentos e subsídios recebidos “no prazo de 4 anos, como melhor pudessem, hipotecando seus prazos [propriedades], obrigando os seus serviços a esse pagamento, e não podendo sair da província [capixaba] sem licença, antes da solução dos respectivos débitos” (Espírito Santo, 1861, p. 70).

Enquanto o cultivo de suas terras ainda não lhes permitia acumular dinheiro suficiente para garantir a subsistência da família e pagar suas dívidas, os colonos de Santa Isabel geralmente trabalhavam na abertura de caminhos, construção de estradas, medição e demarcação de terras na colônia. Por esses serviços eles recebiam diárias que variavam de 1.300 a 3.000 réis. Johann Jakob von Tschudi, que visitou Santa Isabel em 1860, observou que, “como não faltavam trabalhos públicos e a diária era significativa, [...] quem queria ganhar algum [dinheiro] sempre achava muitas oportunidades na colônia” (Tschudi, 2004, p. 62). Nessas circunstâncias, os colonos de Santa Isabel geralmente cultivavam suas propriedades durante uma semana, e, no hebdomadário seguinte, trabalhavam na demarcação de terras e nas obras públicas de infraestrutura da colônia, podendo, desse modo, receber mensalmente entre 20 e 30 mil-réis, além do subsídio mensal pago pelo governo (Tschudi, 2004). Além de complementar a renda necessária para o sustento da família e pagamento de dívidas, a remun-

¹¹ Conforme Tschudi (2004), inicialmente foram pagos aos colonos subsídios mensais de 140 mil-réis por família de 10 a 11 pessoas. Mais tarde, o governo recalculou essa quantia e, em 1860, eram pagos os seguintes valores mensalmente: famílias de duas pessoas recebiam 24 mil-réis; de três pessoas, 30 mil-réis; com quatro indivíduos, 36 mil-réis; entre cinco a seis membros, 45 mil-réis; de sete a oito integrantes, pouco mais de 52 mil-réis; e de nove a dez pessoas, 59 mil réis.

neração extra com o trabalho paralelo à agricultura permitia aos colonos acumular poupança para realizar pequenos investimentos na propriedade familiar (Wagemann, 1949; Tschudi, 2004).

Os primeiros colonos de Santa Isabel eram originalmente da região de Hunsrück, na Prússia Renana. Mais tarde, chegaram à colônia algumas famílias de emigrantes do Hesse e também alguns suíços que vieram da região de Ubatuba, no interior de São Paulo, onde trabalhavam como parceiros em fazendas de café. O clima e as condições do solo da colônia Santa Isabel favoreciam principalmente a cafeicultura, que constituía a principal esperança de prosperidade dos colonos (Espírito Santo, 1856; Tschudi, 2004). Em 1856, a população de Santa Isabel totalizava 225 habitantes e as plantações de café somavam de 140 a 150 mil pés, cuja produção, naquele ano, alcançou cerca de 6.000 arrobas. Em 1857, foram produzidas 10.000 arrobas de café na colônia Santa Isabel, além de mandioca, milho, arroz, feijão, cana de açúcar, algodão, legumes e farinha de mandioca. Nos anos seguintes a produção agrícola de Santa Isabel continuou crescendo e, em 1864, a colônia contava com 292 pequenas propriedades rurais, que produziam diferentes gêneros agrícolas, principalmente café; existiam 57 moinhos para fazer farinha de mandioca, 4 moendas de milho e 64 pequenos engenhos de pilar café.¹² Em 1864, a população de Santa Isabel somava 931 habitantes, sendo 506 homens e 425 mulheres, que formavam uma comunidade predominantemente alemã dedicada à agricultura (Espírito Santo, 1856; 1858; 1859; 1864; Bittencourt, 1987).

Em 1856, por ordem do governo imperial, o então presidente da província do Espírito Santo, José Maurício Fernandes Pereira de Barros, mandou fundar a colônia Santa Leopoldina, que recebeu seus primeiros colonos no início de 1857. Os pioneiros eram 140 suíços transferidos da província de São Paulo após as ocorrências insurgentes na fazenda Nova Olinda, localizadas na região de Ubatuba (Rocha, 2000; Tschudi, 2004). Em pouco tempo, a população de Santa Leopoldina aumentou significativamente com a chegada de migrantes e imigrantes de diferentes nacio-

¹² Embora a absoluta maioria dos colonos trabalhasse na lavoura, cultivando suas próprias terras, em meados de 1864, existiam na colônia 47 profissionais especializados exercendo seus ofícios. Eram 10 carpinteiros, 4 marceneiros, 11 pedreiros, 4 sapateiros, 3 ferreiros, 2 tanoeiros, 1 padeiro, 1 relojoeiro, 2 serralheiros, 3 seleiros e 4 cavouqueiros. A população de Santa Isabel era constituída por 483 colonos vindos de estados alemães, 16 suíços, 32 italianos, 6 belgas, 72 brasileiros naturalizados e 322 nacionais filhos de imigrantes, a maioria de língua alemã (Espírito Santo, 1864).

nalidades. Em outubro de 1860, viviam na colônia Santa Leopoldina 1.003 pessoas, sendo 120 holandeses, 24 brasileiros filhos de estrangeiros, 104 suíços, 8 belgas, 1 francês, 1 inglês e 745 colonos de língua alemã procedentes da Prússia (384), Saxônia (76), Hesse (61), Holstein (13), Baviera (10), Luxemburgo (70), Baden (27), Tirol (82), Nassau (13), Mecklemburgo (5) e Hanover (4) (Wagemann, 1949, p. 24; Tschudi, 2004, p. 35)

Esse rápido aumento na população de Santa Leopoldina decorreu basicamente da política de colonização do governo brasileiro, que, no biênio 1859-1860, por intermédio da *Associação Central de Colonização no Rio de Janeiro*, subvencionou a imigração de 770 europeus de língua alemã para colonizar a província do Espírito Santo. Desse número, Santa Leopoldina recebeu 510 imigrantes, que, conforme contrato assinado na Europa, obrigavam-se a reembolsar o governo brasileiro pelos adiantamentos, subvenções e terras recebidas. Esse reembolso poderia ser feito em três parcelas iguais e sem juros no prazo de cinco anos, a contar do fim do segundo ano de estabelecimento na colônia. Decorrido esse prazo, seriam cobrados dos colonos juros de 6% ao ano, sendo que, até a quitação da dívida, as terras adquiridas pelos imigrantes, bem como as benfeitorias nelas realizadas, ficariam hipotecadas ao governo imperial.¹³

Em contrapartida, a *Associação Central de Colonização no Rio de Janeiro*, por intermédio do seu representante em Hamburgo, Dr. F. Schmidt, obrigava-se, em nome do governo imperial brasileiro, a adiantar aos colonos o valor das passagens de Hamburgo ao Rio de Janeiro, deduzindo desse valor a subvenção de 37.500 réis por imigrante com idade entre 10 e 45 anos; as crianças com mais de cinco e menos de dez anos de idade recebiam uma subvenção de 22.500 réis. Conforme contrato, as despesas dos colonos na hospedaria da Associação, localizada na capital fluminense, até que eles partissem para o seu destino, não seriam contabilizadas como dívida dos colonos. A passagem do Rio de Janeiro para as colônias Santa Isabel e Santa Leopoldina, no Espírito Santo, bem como o aloja-

¹³ Nas mesmas condições, entre 1859 e 1860, a colônia Santa Isabel recebeu 238 colonos de língua alemã. Nesse período, ainda chegaram à província do Espírito Santo mais 22 imigrantes vindos da Renânia, Baden e Pomerânia, cujos destinos não constam nos “Contratos de Colonos Alemães e Austríacos (1859-1860)”, disponíveis no acervo digital do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES): <https://imigrantes.es.gov.br/html/contrato_colonos.html> (último acesso em 15 de novembro de 2024).

mento provisório dos imigrantes na província capixaba, seriam fornecidos gratuitamente. Cada chefe de família poderia escolher um lote de terras contendo 120.000 braças quadradas (58 hectares) ou metade dessa área, a critério do colono, observada a capacidade da família em cultivar suas terras. O preço dos terrenos foi previamente fixado em 1.500 réis para cada mil braças quadradas, com pagamento a prazo e título de propriedade transferido gratuitamente após a quitação da dívida. A Associação ainda obrigava-se a adiantar o suprimento dos colonos por até seis meses e fornecer-lhes ferramentas para a lavoura, sementes de milho, feijão, arroz, bem como mandioca e batatas para as primeiras plantações. Além disso, a Associação deveria empregar os imigrantes nos serviços que houvesse na colônia, pagando-lhes diárias de 1.000 a 1.200 réis.¹⁴

O representante da Associação Central de Colonização que intermediou os contratos dos colonos embarcados em Hamburgo com destino à província do Espírito Santo em 1859, Dr. F. Schmidt, também atuou como agente da empresa Vergueiro & Cia. no engajamento de imigrantes de língua alemã contratados para trabalhar como parceiros nas fazendas de café de São Paulo. Em 1859, com base nas notícias que circulavam na Europa após a publicação de Davatz (1858), alguns parlamentares da Prússia acusavam F. Schmidt e seu despachante de imigração, M. Valentin, de fazer da migração alemã para o Brasil uma espécie de tráfico de “escravos brancos”. Conforme um parlamentar prussiano, milhares de pessoas migravam anualmente dos estados alemães para o Brasil e “são por assim dizer, vendidos: pelo mal afamado contrato de parceria, pelo qual se amarra o homem, adiantando-lhe dinheiro para a travessia e quando chega ao outro lado, se faz dele um escravo branco. [...] em Bremen isto não acontece, mas sim em Hamburgo”, onde Schmidt e Valentin “movimentam este quase negócio de escravos brancos” (Harkort, 1858 *apud* Sudhaus, 1940, p. 113).

Embora houvesse algumas distorções e exageros nas interpretações políticas do relato de Davatz (1858) sobre o regime de trabalho de parceria no Brasil, as queixas e insatisfações dos imigrantes de língua alemã empregados como parceiros nas fazendas paulistas de café alcançaram grande

¹⁴ “Contratos de Colonos Alemães e Austríacos (1859-1860)”, disponíveis no acervo digital do APEES: <https://imigrantes.es.gov.br/html/contrato_colonos.html> (último acesso em 15 de novembro de 2024).

repercussão na Europa. Em 1860, o governo da Confederação Suíça designou Johann Jakob von Tschudi como seu ministro plenipotenciário no Brasil com a missão de averiguar a situação dos colonos suíços no país. Na província do Espírito Santo, Tschudi observou que, naquela época, com poucas exceções, imigrantes de língua alemã estabelecidos na colônia Santa Leopoldina apresentavam grande descontentamento em relação à qualidade do solo e profundo desânimo quanto ao futuro. Em síntese, diziam os imigrantes: “em vão trabalhamos sem descanso, de nada adianta, o solo é ruim demais, nada produzimos; [...] as colheitas de milho são insuficientes”, pois “cresce pouco e dá espigas pequenas; a mandioca também é pequena. [...], os cafeeiros plantados morrem ao fim de dois ou três anos”; feijão dificilmente cresce; “não temos dinheiro [...]”; não sabemos com o que nos alimentar, tudo é caríssimo” (Tschudi, 2004, p. 31, 38).

Na avaliação de Tschudi (2004, p. 37), “as subvenções (diárias) fornecidas pelo Governo a título de adiantamento são, nas condições atuais, suficientes para uma pessoa, mas não para uma família”. Para ele “o sistema, seguido pelo Governo, de não dar a subvenção diretamente, mas empregar depois de alguns meses os colonos no trabalho de construção de estradas, tem o inconveniente de que os pais de família, a fim de obter dinheiro para atender as necessidades dos seus, recorrem a esse meio e negligenciam assim o trabalho de cultivo em seu lote” (Tschudi, 2004, p. 37). Todavia, não raras vezes, as diárias devidas aos colonos pelos serviços de construção e manutenção de obras públicas eram pagas com atraso (Espírito Santo, 1864; Tschudi, 2004).

Observando a situação dos colonos de Santa Leopoldina, especialmente dos imigrantes suíços, Tschudi (2004) destacou que, em 1860, “*nenhum* colono suíço possuía sua parcela legal de 62.000 braças quadradas [30 hectares]; todos tinham bem menos, alguns até mesmo apenas seis a oito mil braças quadradas [entre 3 a 4 hectares de terras] e ainda por cima com solo ruim!” (Tschudi, 2004, p. 73, grifo no original). Em geral, durante os primeiros anos da colônia Santa Leopoldina, os imigrantes dificilmente poderiam subsistir apenas do cultivo de suas terras e, segundo Tschudi (2004, p. 76), estariam em situação deplorável caso não houvesse empregos nas obras públicas de infraestrutura na região ou subsídios econômicos diretos (diárias) do governo.

Contudo, as condições e as expectativas na colônia Santa Leopoldina

mudaram substancialmente com o avanço da colonização em direção à terras mais férteis e o desenvolvimento da cafeicultura. Na década 1870, Santa Leopoldina já era uma das maiores e mais importantes colônias de imigrantes de língua alemã da província capixaba. Em 1877, a população total de Santa Leopoldina somava 11.366 habitantes, a maior parte de origem alemã. Essa população estava distribuída em três núcleos principais: Porto Cachoeiro, o mais antigo, era formado por nove distritos, que, juntos, possuíam uma população de aproximadamente 7 mil habitantes cultivando 2 mil lotes de terras, cada um com cerca de 30 hectares; Santa Cruz, com 1.184 pessoas; e o núcleo de Timbuí, onde viviam 3.182 indivíduos (Brasil, 1878; Daemon, 1879).

Como atividade principal sobressaía-se na colônia Santa Leopoldina o cultivo de café, que devido aos altos preços que alcançava nos mercados internacionais era, segundo Rocha (2000, p. 89), o único produto “capaz de deixar, com segurança e regularidade, uma certa margem de lucro para o imigrante estabelecido como pequeno proprietário”. Em 1877, calculava-se que somente no núcleo de Santa Cruz havia mais de 100 mil pés de café plantados. Além desse gênero, os colonos de Santa Leopoldina cultivavam “cereais para consumo e dedicam-se à indústria pastoril, tudo relativamente à pequena propriedade, e em tal relação entre si que o produto de venda do café constitui a renda líquida livre das despesas de consumo e custeio”, conforme observou o inspetor de terras e colonização em 1886 (Rocha, 2000, p. 91).

No final do século XIX, Santa Leopoldina se destacava como o segundo maior exportador de café do estado capixaba, atrás do município de Cachoeiro do Itapemirim, localizado no sul do Espírito Santo, região que concentrava grandes fazendas de café cultivadas por turmas de escravos. Cabe destacar, ao longo do século XIX, considerações relativas ao custo de produção e preço nos mercados internacionais fizeram alguns grandes fazendeiros estabelecidos no sul da província do Espírito Santo substituírem o cultivo de cana de açúcar pelo café, mantendo a escravidão como principal relação de trabalho. Ao mesmo tempo, cafeicultores escravocratas do Vale do Paraíba e de Minas Gerais expandiram suas plantações de café adquirindo terras no sul da província capixaba, onde preservaram a escravidão até sua abolição definitiva no Brasil, a 13 de maio de 1888. Apesar disso, no início da década de 1880, a situação do mercado de

trabalho no setor cafeeiro do Espírito Santo era, segundo Corrêa do Lago (2014), bastante distinta da existente nas províncias cafeeiras do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Para Corrêa do Lago (2014, p. 234), “a relativa importância do trabalho livre na cafeicultura do Espírito Santo era indubitavelmente maior do que nas outras três províncias” cafeeiras do sudeste brasileiro. Corrêa do Lago (2014) destaca que, nas últimas décadas do século XIX, não apenas havia uma grande quantidade de pequenos cafeicultores autônomos nas áreas de colonização europeia, como também a imigração estrangeira subsidiada forneceu às grandes fazendas de café do sul do Espírito Santo numerosos trabalhadores que, ao lado de lavradores livres nacionais, foram empregados como parceiros (meeiros). Outro ponto destacado por Corrêa do Lago (2014, p. 234) é que “a proporção de imigrantes estrangeiros que se tornaram pequenos proprietários no Espírito Santo desde o período imperial também foi muito mais significativa do que nas outras províncias cafeeiras”, sendo o cultivo de café em pequenas propriedades agrícolas familiares uma “característica original da produção cafeeira do Espírito Santo” (Corrêa do Lago, 2014, p. 231).

Em síntese, no momento da abolição definitiva do trabalho escravo no Brasil, uma parcela considerável do café produzido no Espírito Santo era produzida por imigrantes e seus descendentes estabelecidos como pequenos proprietários rurais autônomos. Assim sendo, os efeitos da abolição sobre a oferta de mão de obra para a cafeicultura capixaba recaíram basicamente nas grandes *plantations* de café do sul do Espírito Santo, região que, a partir de 1888, adotou a parceria (meação) como principal forma de relação de trabalho livre (Saleto, 1996; Rocha, 2000; Corrêa do Lago, 2014).

Entre 1847 e 1899, chegaram aproximadamente 43,3 mil europeus ao Espírito Santo, a maioria deles de origem alemã e italiana. Desse total, pouco mais de 28,1 mil (65%) desembarcaram no período de 1888 a 1899, grande parte deles italianos subsidiados pelo governo capixaba, que, por meio da imigração estrangeira, buscou suprir as grandes fazendas cafeeiras do sul do Espírito Santo de mão de obra após a abolição (Saleto, 1996; Rocha, 2000; Franceschetto, 2014; Corrêa do Lago, 2014). Em princípio, os imigrantes subsidiados que chegaram ao estado capixaba no final do século XIX tinham basicamente duas alternativas: (1) fixarem-se

imediatamente como proprietários de terras nas colônias existentes ou nos novos núcleos de colonização que estavam sendo criados nas proximidades ou mesmo integrados às grandes fazendas cafeeiras; (2) trabalhar nas fazendas de café como parceiros (meeiros), recebendo adiantamentos dos fazendeiros para sua subsistência e, depois de um tempo, se estabelecerem como pequenos agricultores autônomos (Corrêa do Lago, 2014). Para os colonos desprovidos de recursos financeiros e que aguardavam o produto do cultivo de suas terras, a meação constituía, segundo Wagemann (1949), a defesa contra a completa proletarização do trabalho rural até a família imigrante alcançar sua autonomia econômica.

Especificamente a respeito da colonização alemã, convém destacar o núcleo de Afonso Cláudio, no sul do estado do Espírito Santo. Embora esse núcleo tenha recebido muitos imigrantes italianos, sua criação e expansão inicial estão ligadas ao processo de migração interna de colonos de língua alemã e seus descendentes, principalmente pomeranos, que migraram das antigas colônias de Santa Leopoldina e Santa Isabel em busca de novas e mais férteis terras. À medida que os terrenos públicos destinados ao assentamento de colonos foram se escasseando, o fracionamento de grandes propriedades particulares para venda aos imigrantes tornou-se um negócio atrativo. Um exemplo é o loteamento da fazenda Palmeira, em Afonso Cláudio. Segundo Wagemann (1949, p. 27), “o fazendeiro não podia mais administrá-la, e pôs as terras à venda, exigindo 600 mil réis a um conto, por 25 ha [hectares] de terreno coberto, inexplorado”.

Além da possibilidade de adquirir terras mais propícias à cafeicultura, os colonos recém-chegados à região sul do Espírito Santo encontravam emprego como parceiros em grandes fazendas de café e como diaristas na construção de estradas e ferrovias especialmente destinadas ao escoamento da produção cafeeira (Wagemann, 1949; Bittencourt, 1987). Não obstante, no início dos anos 1870, as autoridades brasileiras recomendavam empregar os colonos estrangeiros nas obras públicas de infraestrutura apenas “durante alguns dias da semana, para não tornarem hábito de jornaleiros que não devem ser, desprezando o serviço agrícola” (Brasil, 1872, p. 22).

Outro núcleo colonial que ganhou destaque no contexto da colonização alemã na província capixaba foi a colônia Rio Novo, um empreendimento privado fundado pela Associação Colonial Agrícola do Rio Novo.

Essa empresa de sociedade anônima foi constituída em 1854, no Rio de Janeiro, por Caetano Dias da Silva, proprietário da fazenda do Limão, localizada no interior do município de Itapemirim, região sul do Espírito Santo. A colônia Rio Novo foi estabelecida em terras contíguas à fazenda do Limão, onde africanos escravizados eram empregados em diversas atividades ligadas à produção de cana de açúcar e café (Brasil, 1856; Espírito Santo, 1856; Tschudi, 2004).

Entre julho de 1855 e abril de 1856, Dias da Silva contratou cerca de 70 chineses para trabalhar como parceiros na fazenda do Limão, sendo essa a primeira experiência de colonização estrangeira na colônia de Rio Novo. No entanto, por contrato assinado com o governo imperial brasileiro em 1855, a Associação Colonial se comprometeu a priorizar a colonização de Rio Novo com famílias de imigrantes europeus. Em contrapartida, o governo obrigou-se a subvencionar a imigração de até 3.600 europeus que a Associação estabelecesse como pequenos proprietários no prazo de cinco anos, contados da assinatura do contrato (Espírito Santo, 1856). Nessas condições, Caetano Dias da Silva elaborou um folheto impresso em alemão, francês e português, no qual destacou as vantagens dos emigrantes se estabelecerem em Rio Novo. Em 1856, Emil de Paravicini, o mesmo agente que atuava no recrutamento de imigrantes suíços para a empresa Vergueiro e Cia., mandou publicar anúncios em diferentes regiões da Confederação Suíça com informações a respeito da colônia Rio Novo. Os anúncios ainda foram distribuídos em Paris, Antuérpia e Hamburgo por diferentes escritórios de emigração contratados por aquela Associação (Tschudi, 2004).

Conforme esses anúncios, ao chegarem à colônia Rio Novo, cada família imigrante receberia um lote de terra medindo de 20 a 25 hectares, com parte do terreno desmatado e nele “uma moradia confortável” (Tschudi, 2004, p. 103). Além disso, os colonos receberiam ferramentas, alimentos, aves e suínos para criação, bem como plantações de café e mandioca iniciadas. No final dos anúncios, estimava-se que o rendimento líquido anual que uma família de quatro pessoas cultivando gêneros básicos (arroz, feijão, milho e café) podia alcançar dois contos de réis (Tschudi, 2004).

Ainda conforme os anúncios publicados por Paravicini, as famílias imigrantes deveriam restituir as despesas de viagem da Europa até Rio Novo e os adiantamentos recebidos da *Associação Colonial* somente após

realizarem a primeira colheita. Ao valor total devido seriam acrescidos juros de 6% ao ano, contados a partir de seis meses do estabelecimento dos imigrantes. Como forma de compensação pelos investimentos de infraestrutura que a Associação alegava ter realizado na colônia, os imigrantes deveriam ceder à empresa um décimo das suas colheitas de arroz e milho; um terço do açúcar e da aguardente que produzissem nos engenhos daquela sociedade; um décimo da farinha de mandioca e do óleo de rícino que fabricassem utilizando as instalações da empresa; e metade das madeiras cortadas nas serrarias da Associação (Tschudi, 2004).

Em dezembro de 1856, chegaram os primeiros imigrantes europeus a Rio Novo. Eram 12 famílias (90 pessoas) suíças vindas dos Cantões de Berna, St. Gall, Fribourg e Aargau. Tschudi (2004) ressaltou que esses colonos encontraram uma realidade muito diferente da propaganda difundida na Europa. Na época, tudo ainda estava por fazer na colônia Rio Novo; não havia casas, propriedades cultivadas ou preparadas para o cultivo; os terrenos recebidos estavam no meio da floresta virgem. Nos anos seguintes, chegaram novos colonos a Rio Novo. Eram principalmente belgas, holandeses e europeus de língua alemã, que, assim como os suíços, receberam pequenos lotes de terras com direito a foro perpétuo mediante o pagamento de uma taxa anual (Tschudi, 2004).

Em relatório de 1860, Tschudi afirmou que as condições e vantagens oferecidas pela *Associação Colonial* aos emigrantes eram exageradas e enganosas; expôs a precária situação em que viviam os colonos; e denunciou as falhas na organização e direção da colônia Rio Novo, cujo futuro, escreveu Tschudi (2004, p. 113), dependia, a princípio, “unicamente do interesse demonstrado pelo Governo no tocante a este assentamento”, pois, segundo o autor, o solo e o clima de Rio Novo eram bastante favoráveis à agricultura, especialmente ao cultivo de café.

As denúncias e observações de Tschudi repercutiram na Corte do Rio de Janeiro e, em 7 de outubro de 1861, no intuito de melhorar a imagem do Brasil na Europa, o governo imperial brasileiro encampou a colônia Rio Novo, onde viviam 428 pessoas de diferentes nacionalidades, alguns como foreiros cultivando suas terras, enquanto outros, embora estabelecidos como pequenos proprietários, trabalhassem como parceiros em grandes fazendas de café da região (Brasil, 1862).¹⁵ Na década de 1870,

¹⁵ A população de 428 habitantes da colônia Rio Novo era composta por 99 suíços, 38 alemães, 2

após importantes investimentos públicos, a colônia Rio Novo ganhou impulso. Seu território inicial foi expandido e sua população aumentou expressivamente com a introdução de novos imigrantes, principalmente austríacos de língua alemã e italianos. Entre 1871 e 1878, o número de habitantes de Rio Novo saltou de 958 pessoas para 4.063 indivíduos, a maioria deles pequenos proprietários rurais de língua alemã (Brasil, 1872; 1878). A cafeicultura constituía sua principal atividade, sendo que a produção e a exportação de café cresceram significativamente entre 1873 e 1885 (Tabela 02).

**Tabela 2 – Exportações de café das colônias Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo, no Espírito Santo (1864-1885)
(Valores em arrobas)**

Ano	Sta. Isabel	Rio Novo	Sta. Leopoldina
1864	790	-	500
1865	2.100	-	1.800
1868	-	-	20.000
1873	-	6.500	50.000
1874	-	12.400	-
1877	-	29.040	-
1878	-	32.000	-
1883	60.000	120.833	133.333
1885	66.666	135.566	250.000

Fonte: Rocha (2000, p. 92).

Vale notar, em 1883, as colônias Santa Leopoldina, Santa Isabel e Rio Novo exportaram, juntas, 314.166 arrobas de café, o equivalente a mais de 24% do total das exportações de café da província capixaba naquele ano. Em 1885, esse percentual chegou a mais de 36,8% e, segundo Corrêa do Lago (2014), a participação dos núcleos coloniais de pequenos proprietários nas exportações totais de café do Espírito Santo continuou aumentando nos anos seguintes, de modo que a importância relativa da produção do pequeno cafeicultor autônomos no Espírito Santo foi muito

ingleses, 84 portugueses, 110 brasileiros, 12 franceses, 36 belgas, 35 holandeses e 12 chineses (Brasil, 1862).

maior do que nas províncias cafeeiras de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Além de cultivar suas próprias terras, os colonos de Santa Isabel, Rio Novo e Santa Leopoldina encontravam emprego como diaristas nas obras públicas de infraestrutura e como parceiros em grandes fazendas de café na região sul do Espírito Santo. Conforme Corrêa do Lago (2014, p. 240), no estado capixaba, “o sistema de parceria perdurou até o início dos anos 1900, mas a originalidade do setor cafeeiro do Espírito Santo durante as primeiras décadas do século XX devia-se indubitavelmente à existência de um grande número de pequenos cafeicultores” de origem europeia.

3. Considerações finais

Em meados do século XIX, a maioria dos imigrantes estabelecidos nas principais colônias agrícolas de língua alemã de Santa Catarina, notadamente Dona Francisca e Blumenau, trabalhava em atividades paralelas à agricultura, dedicando-se apenas parcialmente ao cultivo de suas terras. A relativa abundância de emprego como diaristas em obras públicas de infraestrutura e o desenvolvimento precoce de pequenas fábricas artesanais em Blumenau e Dona Francisca deram maior ensejo ao comércio e à indústria nessas colônias, que, em pouco tempo, tornaram-se importantes polos econômicos e industriais. Não obstante, no início da colonização da Dona Francisca, ou seja, na mesma época em que grandes cafeicultores paulistas e fluminenses empregavam europeus como parceiros nas suas fazendas de café, o sistema de parceria como forma de relação de trabalho livre também foi experimentado na colônia Dona Francisca, um dos mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX. Embora tenha sido apenas um ensaio fugaz e malsucedido, a ocorrência de experimentos de parceria nessa colônia é surpreendente, uma vez que a historiografia desconsidera que o regime de trabalho de parceria possa ter acontecido nas áreas de colonização europeia do sul do Brasil.

Igualmente surpreendente é a história dos *Kaffeepflücker* (colhedores de café) na colônia Santa Isabel, em Santa Catarina. Pouco conhecida na historiografia econômica, foram esses colonos de língua alemã inicialmente contratados para trabalhar como parceiros nas regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e São Paulo e, posteriormente, assentados pelo governo imperial

como pequenos proprietários rurais em colônias agrícolas. Apesar de muito interessante, a história dos *Kaffeepflücker* ainda carece de uma análise mais profunda e detalhada, especialmente na perspectiva da história econômica.

Em geral, o movimento interprovincial de colonos de língua alemã que chegaram ao Brasil no século XIX ainda precisa de estudos mais detalhados, constituindo uma importante agenda de pesquisa. Além dos *Kaffeepflücker* em Santa Catarina, a migração de colonos parceiros nas regiões cafeeiras de São Paulo em direção ao Espírito Santo e o movimento de imigrantes de língua alemã dentro da província capixaba, especialmente entre as colônias Santa Isabel, Rio Novo e Santa Leopoldina, são exemplos interessantes. Além de cultivarem suas terras como pequenos cafeicultores autônomos, muitos colonos estabelecidos nesses três importantes núcleos de colonização alemã do Espírito Santo trabalhavam como diaristas nas obras públicas de infraestrutura e como parceiros em grandes fazendas de café no sul da província capixaba. Na segunda metade do século XIX e no início do século XX, o sistema de parceria na grande fazenda cafeeira e a produção familiar de café na propriedade do imigrante prevaleceram como formas de relação de trabalho livre na agricultura do Espírito Santo.

Por fim, convém ressaltar que, em meados do século XIX, nas colônias alemãs de pequenos proprietários de Santa Catarina, os imigrantes, além de cultivarem alimentos, dedicavam-se, principalmente, à produção de pequenas manufaturas destinadas basicamente ao abastecimento do mercado interno. Por outro lado, na província do Espírito Santo, muitos colonos de língua alemã, estabelecidos como pequenos proprietários rurais autônomos, associavam o cultivo de suas terras ao trabalho como parceiros nas grandes fazendas cafeeiras da província capixaba. Nas suas propriedades, os imigrantes e seus descendentes basicamente produziam alimentos de subsistência e café, sendo esse gênero, na sua maior parte, destinado ao mercado mundial. Assim, no Espírito Santo, observa-se uma singularidade em relação ao quadro econômico geral dos núcleos coloniais de imigrantes de língua alemã do Brasil no século XIX: o desenvolvimento da agricultura de subsistência *pari passu* à produção agrícola cafeeira exportadora baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE (AHJ). Mittheilungen betreffend Dona Francisca. In *Mittheilungen betreffend die deutsche Kolonie Dona Francisca in der südbrasilianischen Provinz Sta. Catharina und die benachbarten deutschen Kolonien* [Fotocópia]. Hamburgo: Wilhelm Kühn & Co, 1852.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APEES). Contratos de colonos alemães e austríacos (1859-1860). Disponível em: <https://imigrantes.es.gov.br/html/contrato_colonos.html>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ALLGEMEINE AUSWANDERUNGS-ZEITUNG (AAZ). N. 48, drittes Jahr-Juni, 1849, p. 191. Disponível em: <https://zs.thulb.uni-jena.de/servlets/MCRFileNodeServlet/jportal_derivate_00032499/AWZ_3_1849_Nr048.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ALLGEMEINE AUSWANDERUNGS-ZEITUNG (AAZ). N. 67, 8. jun. 1850, p. 165-166. Disponível em: <https://zs.thulb.uni-jena.de/servlets/MCRFileNodeServlet/jportal_derivate_00033421/AWZ_4_1850_Nr067.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.

ANDRADA E SILVA, J. B. de. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In: CALDEIRA, J. (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Editora 34, [1823] 2002.

ALVES, D. B. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro Turíngia (1852-1853). *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, p. 155-184, 2003.

AVÉ-LALLEMANT, R. *Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1858*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1859.

BEDIAGA, B. Discreto personagem do império brasileiro: Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). *Topoi*, v. 18, n. 35, p. 381-405, 2017.

BITTENCOURT, G. A. de M. *Café e modernização: o Espírito Santo no Século XIX*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1987.

BLUMENAU, H. B. O. *A colônia alemã Blumenau na província de Santa Catarina no Sul do Brasil*. In: FERREIRA, C. (Org.). *Blumenau: Cultura em movimento*. Blumenau: Instituto Blumenau 150 anos, p. 19-65, [1856] 2002.

BLUMENAU, H. B. O. Guia de instruções aos emigrantes para a província de Santa Catarina no Sul do Brasil. In: FERREIRA, C.; PETRY, S. M. V. (Orgs.). *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento, p. 175-275, [1851] 1999.

BRASIL. Decreto nº 1.566, de 24 de fevereiro de 1855. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1855*. Tomo XVII. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório da Terceira Diretoria da Secretaria D'Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Anexo ao “Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manoel Felizardo de Souza e Mello”. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Sétima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1878.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório da Repartição dos Negocios da Agricultura*. Anexo ao “Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Barão de Itaúna”. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1872.

BRASIL. Ministerio do Império. *Relatorio de Luiz Pedreira do Coutto Ferraz apresentado ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Sergio Teixeira de Macedo*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859.

BROWNE, G. P. Política imigratória no Brasil Regência. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 307, p. 37-48, 1975.

BUARQUE DE HOLANDA, S. As colônias de parcerias. In: BUARQUE DE HOLANDA, S.; CAMPOS, P. M. (Orgs.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v. 5. O Brasil Monárquico: Reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 289-307, 2004.

CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

CARNEIRO, J. F. *Imigração e colonização no Brasil*. Publicação Avulsa, n. 2. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.

CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. *Da escravidão ao trabalho livre, 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COSTA, H. J. da. Observações sobre o estado da agricultura e população no Brasil. *Correio Braziliense*, v. 6. Londres: W. Lewis, Paternoster-row, 1811.

CUNHA, D. *Suíços em Joinville: o duplo desterro*. Joinville: Letradágua, 2003.

DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica e estatística*. Vitória, 1879.

DAVATZ, T. *Die Behandlung der Kolonisten in der Provinz São Paulo in Brasilien und deren Erhebung gegen ihre Bedrücker. Ein Noth-und Hilfruf an die Behörden und Menschenfreunde der Länder und Staaten, welchen die Kolonisten angerhörten*. Chur: Druck von L. Hitz, 1858.

DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. São Paulo: Martins; Editora da USP, 1972.

DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DER COLONIST. Disponível em: <<http://kbaargau.visual-library.de>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

DEUTSCHE AUSWANDERER-ZEITUNG. Disponível em: <<https://www.digitale-sammlungen.de>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ESPÍRITO SANTO. *Relatorio do Presidente da Provincia do Espírito Santo, o Dr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de N. L. Vianna, 1848.

ESPÍRITO SANTO. *Relatorio do Presidente da Provincia do Espírito Santo, o Dr. Jose Mauricio Fernandes Pereira de Barros, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1856*. Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. D'azeredo, 1856.

ESPÍRITO SANTO. *Relatorio do Segundo Vice-Presidente da Provincia do Espírito Santo, o Sr. commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1858*. Vitória: Typographia Capitaniense de P. A. D'azeredo, 1858.

ESPÍRITO SANTO. *Relatorio do Presidente da Provincia do Espírito Santo, o Bacharel Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859*. Vitória: Typographia Capitaniense de P. A. D'azeredo, 1859.

ESPÍRITO SANTO. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo Presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. D'azeredo, 1861.

ESPÍRITO SANTO. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 pelo 1º Vice-Presidente Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos*. Vitória: Typ. Liberal do Jornal da Victoria, 1864.

FERENCZI, I.; WILLCOX, W. F. *International migrations*, v. 1: Statistics. Nova York: NBER Books, 1929.

FERREIRA DA SILVA, J. *História de Blumenau*. Florianópolis: Edeme, 1972.

FERREIRA DA SILVA, J. *O Doutor Blumenau*. Florianópolis: Edeme; Paralelo 27, 1995.

FICKER, C. *História de Joinville: subsídios para a crônica da colônia Dona Francisca*. Joinville: Imp. Ipiranga, 1965.

FRANCESCHETTO, C. *Italianos: base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

HANDELMANN, H. *História do Brasil*. Tomo II. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

HEFLINGER JUNIOR, J. E. *Ibicaba: o berço da imigração europeia de cunho particular*. Limeira: Unigráfica, 2007.

HERING, M. L. R. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: FURB, 1987.

LAMOUNIER, M. L. Between slavery and free labour: experiments with free labour and patterns of slave emancipation in Brazil and Cuba c.1830-1888. Tese de doutorado (Economia). London School of Economics and Political Science. Londres, 1993.

LAMOUNIER, M. L. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papyrus, 1988.

MAMIGONIAN, A. Estudos geográficos das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 3, v. 27, p. 389-481, 1965.

NEUE ZÜRCHER ZEITUNG (NZZ). 3. out. 1850, p. 1.220. Disponível no Arquivo Histórico de Joinville.

OBERACKER JUNIOR, C. H. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: BUARQUE DE HOLANDA, S.; CAMPOS, P. M. (Orgs.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v. 5: O Brasil Monárquico: reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 260-288, 2004.

PETRONE, M. T. S. *O imigrante e a pequena propriedade, 1824-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PIAZZA, W. F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PRADO JUNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

RICHTER, K. A fundadora de Joinville: sociedade colonizadora de 1849 em Hamburgo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, n. 4, p. 76-114, 1983.

ROCHA, G. *Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*. Vitória, 2000.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

ROCHE, J. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difusão Européia, 1968.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, T. *Die Colonie Dona Francisca in Süd-Brasilien*. Hanburg: J.S. Mefyler und Melle, 1853.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, T. *A colônia Dona Francisca no sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC; Joinville: FCJ, 1992.

SALETO, N. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado e trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996.

SANTA CATARINA. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado na Assembleia Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 10ª Legislatura*. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1860.

SANTA CATARINA. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado na Assembleia Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 10ª Legislatura*. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1861.

SCHRÖDER, F. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2003.

SEYFERTH, G. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1999.

SILVA FERREIRA, L. M. Terra, trabalho e indústria na colônia de imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920. Tese de doutorado (História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA FERREIRA, L. M. Empresários alemães no sul do Brasil: a trajetória da *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg* (1846-1855). *História Econômica & História de Empresas*, v. 23, n. 1, p. 165-196, 2020.

SILVA FERREIRA, L. M. Sistema de parceria e mercado de trabalho na colônia Dona Francisca: novas evidências sobre a colonização europeia no sul do Brasil na transição da escravidão, 1851-1876. *Estudos Econômicos*, v. 54, n. 1, p. 97-134, 2024.

SOCIEDADE COLONIZADORA DE HAMBURGO DE 1849 EM

HAMBURGO (SCH). Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851. Cópia do manuscrito original em alemão. Tradução: Helena R. Richlin.

SOCIEDADE COLONIZADORA DE HAMBURGO DE 1849 EM HAMBURGO (SCH). Décimo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, setembro de 1861. Cópia do manuscrito original em alemão. Tradução: Helena R. Richlin.

SOCIEDADE COLONIZADORA DE HAMBURGO DE 1849 EM HAMBURGO (SCH). Décimo terceiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, outubro de 1864. Cópia do manuscrito original em alemão. Tradução: Helena Remina Richlin.

SOCIEDADE COLONIZADORA DE HAMBURGO DE 1849 EM HAMBURGO (SCH). Trigésimo oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1891. Cópia do manuscrito original em alemão. Tradução: Helena Remina Richlin.

STEINER, C. E. *Origem e migração das famílias estabelecidas nas colônias Santa Isabel, Teresópolis e Itajaí (1847-1865)*. Campinas: Edição do autor, 2019.

STEINER, C. E. Os Kaffeepflücker: da Turíngia para Santa Isabel. In: JOCHEM, T.; BRUCH, J. (Orgs.). *Páginas da colonização: estudos/subsídios históricos sobre a Colônia Alemã Santa Isabel – 175 anos de Fundação*. 2022. Disponível em: <<http://tonijochem.com.br/artigos-paginas-da-colonizacao/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SUDHAUS, F. *Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert*. Hamburg: Hans Christians Verlag, 1940.

TOTVARD, C. K. de. O Governo e a colonização. *Correio Mercantil*, n. 312, 10 nov. 1860. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=to-tv-rad&pagfis=18304>>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.

TSCHUDI, J. J. von. *Reisen durch Südamerika*. Band III. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1867.

TSCHUDI, J. J. von. *Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*. Coordenação editorial e posfácio de Cilmar Franceschetto. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

VIOTTI DA COSTA, E. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

VISCONDE DE ABRANTES. *Memoria sobre meios de promover a colonização*. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.

VOIGT, A. F.; LANGE, D.; SCHNEIDER, H.-G.; WERLICH, R. A imigração forçada dos 'Kaffeepflücker': razões e vestígios da tragédia de Böhlen em 1852. In: JOCHEM, T.; SILVEIRA, D. (Orgs.). *1829: São Pedro de Alcântara, páginas de sua história*. São Pedro de Alcântara: Casa da Cultura de São Pedro de Alcântara, 2020.

WAGEMANN, E. *A colonização alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.

WERNECK, L. P. de L. *Ideias sobre colonização*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

WITTER, J. S. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. São Paulo: APESP/Coletânea Teses e Monografias, v. 5, 1982.

WITZEL DE SOUZA, B. Ga. Imigração alemã e mercado de trabalho na cafeicultura paulista: um estudo quantitativo dos contratos de parceria. *História Econômica & História de Empresas*, v. 15, n. 2, p. 81-109, 2012.

WITZEL DE SOUZA, B. G. The rationale of sharecropping: immigrant bonded laborers and the transition from slavery in Brazil (1830-1890). *Ibero America Institute for Economy Research. Discussion Papers*, v. 239, p. 1-50, 2019.

WITZEL DE SOUZA, B. G. Like the swing of the pendulum: the history of government-sponsored rural settlements in São Paulo, Brazil (1820s-1920s). *Economic History of Developing Regions*, v. 38, n. 3, p. 305-334, 2023a.

WITZEL DE SOUZA, B. G. The same contract that is suitable for your Excellency: Immigration and emulation in the adoption of sharecropping-cum-debt arrangements in Brazil (1835-80), *Economic History Review*, v. 7, p. 612-43, 2023b.